



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

**Contrato PGE-RJ nº 23/2021**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO PARA OS ESTAGIÁRIOS EM EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM LABORATIVA NO ÂMBITO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO E A SEGURADORA GENTE SEGURADORA S/A.**

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, neste ato pela **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/FUNPERJ**, CNPJ nº. 08.778.206/0001-59, com sede na Rua do Carmo, 27, Centro, Rio de Janeiro, RJ, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. Bruno Dubeux e a seguradora **GENTE SEGURADORA S/A**, situada na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90.020-060 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu bastante procurador, Sr. Fernando Ranzani, Cédula de Identidade nº. [REDAZIDO], inscrito no CPF/MF sob o nº. [REDAZIDO], domiciliado na Rua [REDAZIDO], resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO**, com fundamento no processo administrativo nº. **SEI-140001/030969/2021**, decorrente de contratação direta, fundamentada no art. 24, inciso, II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação de serviços de Cobertura Securitária (seguro) em Grupo com finalidade de assegurar vidas e acidentes pessoais dos estagiários em exercício de aprendizagem laborativa no âmbito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – PGE, limitadas ao quantitativo de 1.700 (um mil e setecentas) vidas, na forma do Art. nº 757 e seguintes do Código Civil e do Termo de Referência (Anexo Único).

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados a partir da data indicada no Memorando de Início dos Serviços, desde que posterior à data de publicação



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada no Memorando de Início dos Serviços.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA**, quando solicitado, documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no contrato;
- e) aprovar o serviço que atender as especificações de acordo com o exigido no Termo de Referência (Anexo Único);
- f) cumprir fielmente as orientações contidas nas apólices.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do Termo de Referência (Anexo Único), da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- c) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) responder pelos serviços que executar, na forma do Termo de Referência (Anexo Único) e da legislação aplicável;
- f) Permanecer como única e total responsável perante a **CONTRATANTE**, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;
- g) Indicar um representante (nome, telefone e e-mail), em até 05 (cinco) dias após a emissão do Memorando de Início dos Serviços, que ficará responsável por atender prontamente os Fiscais da Contratante, em toda e qualquer questão relacionada ao cumprimento das condições contratuais;
- g.1) Disponibilizar canal de comunicação com a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, a fim de garantir comunicação eficaz e ágil dos processos inerentes ao seguro e eventuais sinistros;



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

- h)** elaborar relatório, quando solicitado pela fiscalização, sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- i)** manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- j)** cumprir todas as obrigações e encargos sociais, trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);
- k)** indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros;
- l)** observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- m)** Emitir a APÓLICE de Seguro no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após emissão do Memorando de Início dos Serviços;
- n)** Emitir documento que contenha os dados dos segurados, coberturas, valores contratados (importância segurada), vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como, modificações feitas durante a vigência do seguro, alterado através de endosso;
- n.1)** Mensalmente, de acordo com eventuais inclusões e exclusões, emitir documento que contenha uma relação com as vidas dos estagiários da Procuradoria Geral do Estado assegurados;
- o)** Garantir, no caso de eventual sinistro, o pagamento de indenização ao(s) Segurado(s) até o valor da(s) importância(s) segurada(s), no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da efetiva entrega da documentação necessária para o estabelecimento da ocorrência do sinistro, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- p)** Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação.
- q)** cumprir fielmente as disposições previstas nos itens 5, 6 e 9 do Termo de Referência (Anexo Único).

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2021, assim classificados:

Programa de Trabalho	Natureza de Despesa	Fonte	Nota de Empenho
09.610.1.03.122.0002.2016	3.3.90.39.10	232/230	2021NE00542

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas ao exercício subsequente correrão por conta da dotação orçamentária respectiva, devendo ser empenhada no início de seu exercício.

**CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO**

Dá-se a este contrato o valor total estimado de **R\$ 1.812,36** (um mil, oitocentos e doze reais e trinta e seis centavos).



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, na forma do Termo de Referência (Anexo Único), e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão designada pelo Procurador-Geral do Estado, conforme ato de nomeação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a entrega do serviço;

b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

**CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários,



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no PARÁGRAFO SEGUNDO ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para apresentação das certidões previstas no parágrafo anterior e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO QUINTO** – No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

**CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total estimado de **R\$ 1.812,36** (um mil, oitocentos e doze reais e trinta e seis centavos), sendo o pagamento efetuado mensalmente por meio de boleto/fatura a ser encaminhado pela **CONTRATADA**, de acordo com o número de vidas efetivamente seguradas no mês, conforme com a planilha de segurados enviada à **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A **CONTRATADA** deverá encaminhar o boleto/fatura para pagamento à fiscalização da PGE, sito à Rua do Carmo, 27, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, acompanhada da certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do INSS.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos primeiro e segundo, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto do boleto/fatura.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelos fiscais da PGE.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer boleto/fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A **CONTRATADA** deverá protocolar requerimento de reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, retroagindo os efeitos financeiros a data-base prevista no contrato.

a) Caso o pedido seja formulado após o prazo acima fixado, os efeitos financeiros do reajuste somente se produzirão a partir da data do requerimento formulado pela **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá:

a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à **CONTRATADA** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;

b) cobrar da **CONTRATADA** multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados; e

c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual ou legal, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no **PARÁGRAFO PRIMEIRO** também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **CONTRATANTE**, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

---

a) As sanções previstas nas alíneas a e b, do *caput* serão impostas pelo Procurador Geral do Estado.

b) As sanções previstas na alínea c, do *caput* serão impostas pelo Procurador-Geral do Estado ou pelos Exmos. Srs. Subprocuradores Gerais do Estado.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Procurador Geral do Estado.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando a **CONTRATADA** não apresentar a documentação exigida no **PARÁGRAFO SEGUNDO** da **CLÁUSULA OITAVA**, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**PARÁGRAFO QUINTO**- As multas administrativas, previstas na alínea b, do *caput*:

a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;

c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do *caput*:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

---

que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados, devendo ser aplicada, dentre outras, nas seguintes hipóteses:

**a)** fraudar na execução contratual, por meio da prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública;

**b)** comportar-se de modo inidôneo, por meio da prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

**PARÁGRAFO OITAVO-** A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO NONO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O valor das multas previstas na alínea b, do *caput* e no **PARÁGRAFO NONO**, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Termo de Referência (Anexo Único) e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do *caput*.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A **CONTRATADA** ficará impedida de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - As penalidades impostas serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - A aplicação das sanções mencionadas no **PARÁGRAFO VIGÉSIMO** deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos neste contrato e/ou Termo de Referência (Anexo Único), com vistas à presente contratação, e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no Termo de Referência (Anexo Único), na forma do disposto no artigo 75 do Decreto nº. 3.149/1980, e nos seguintes casos:

**I** - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

**II** - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** decorrentes da execução deste Contrato, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, autoriza ao **CONTRATADO** optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

*Original Assinado Digitalmente*

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

Bruno Dubeux  
Procurador Geral do Estado

*Original Assinado Digitalmente*

**GENTE SEGURADORA S.A.**

Fernando Ranzani  
Representante Legal/Procurador

**Testemunhas:**

1) **Nome:**  
**CPF.:**

2) **Nome:**  
**CPF.:**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro  
Centro de Estudos Jurídicos

**ANEXO ÚNICO**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

## 1 - DO OBJETO:

Contratação de Companhia Seguradora para prestação de serviços de Cobertura Securitária (seguro) em Grupo com a finalidade de assegurar vidas e acidentes pessoais dos estagiários em exercício de aprendizagem laborativa no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, limitadas ao quantitativo de 1.700 (um mil e setecentas) vidas.

## 2 – DA JUSTIFICATIVA:

Trata-se de contratação de serviço essencial para o cumprimento do que preceitua o Inciso IV, do art. 9º, da Lei n.º 11.788/08, que dispõe sobre a obrigação legal de manter seguro contra acidentes pessoais em favor dos estagiários que exerçam suas atividades de aprendizagem, e que deve ser observado no âmbito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

## 3 – DA COBERTURA DO SEGURO:

A **CONTRATADA** emitirá APÓLICE de Seguro de Vida em Grupo para os estagiários em exercício de aprendizagem laborativa no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, abrangendo os seguintes eventos:

1. - **MORTE POR ACIDENTE (MA)** – Garante aos beneficiários do segurado o pagamento do valor do capital contratado;
2. - **INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE (IPA)** – No caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente, o cálculo do valor da indenização será feito com base no grau de invalidez, de acordo com a tabela de invalidez permanente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A reposição do capital seguro restante será automática, após cada acidente.

## 4 –DO VALOR DO PRÊMIO:

4.1 - A proposta deverá ser apresentada conforme demonstrativo abaixo:

NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS	1.700 (um mil e setecentas) vidas.
CAPITAL SEGURADO (MA)	Importância Segurada de R\$ 5.000,00 (por vida segurada)
CAPITAL SEGURADO (IPA)	Importância Segurada de R\$ 5.000,00 (por vida segurada)
PRAZO DE VIGÊNCIA DA APÓLICE	365 (trezentos e sessenta e cinco) dias
VALOR TOTAL DO PRÊMIO	Importância de R\$

## 5 – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - A cobertura do seguro destina-se aos estagiários com idade a partir de 16 anos.

5.2 - A cobertura do seguro deverá ocorrer durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, garantindo os riscos relativos às atividades profissionais e extraprofissionais, ocorridos em qualquer parte do Estado do Rio de Janeiro e Brasília.

5.3 - A seguradora possibilitará a inclusão de novos estagiários no decorrer da vigência da APÓLICE, sem custo adicional, garantindo a cobertura do estagiário a partir da data de sua admissão na Procuradoria Geral do Estado, observado o limite de 1.700 (um mil e setecentas) estagiários/vidas, conforme consta do objeto deste Termo de Referência;

5.4 - A seguradora também possibilitará a exclusão de estagiários, a qualquer tempo, durante o período de duração da APÓLICE;

5.5 - A inclusão e exclusão dos segurados serão processadas mensalmente através de envio pela **CONTRATANTE** da relação, por meio eletrônico, contendo nome completo, CPF, data do nascimento e data de admissão do(s) estagiário(s) vinculado(s) ao Programa de Estágio.

5.6 - O recolhimento de documentos físicos relativos à inclusão e exclusão de estagiários, caso necessário e não permitida a remessa por meio eletrônico, será efetuado por parte da Seguradora.

## 6 – DA APÓLICE:

6. 1 - Considerando que o contrato de seguro é regido predominantemente por norma de direito privado, nos termos do art. 62, § 3º, I, da Lei Federal n.º 8.666/93, o contrato administrativo para a execução do presente objeto será substituído pela APÓLICE de Seguro de Vida em Grupo, e o cumprimento das obrigações constantes da APÓLICE se fará conjuntamente com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

6. 1.1 - A emissão e entrega da APÓLICE de Seguro deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contados da data de emissão do Memorando de Início dos Serviços;

6. 1.2 - A APÓLICE de Seguro deverá observar as normas e padrões estabelecidos pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados;

6. 1.3 - Toda e qualquer alteração na APÓLICE de Seguro deverá ocorrer através de endosso, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da comunicação do fato por parte do **CONTRATANTE**;

6. 1.4 - Em complemento à APÓLICE de Seguro, A **CONTRATADA** deverá emitir documento que contenha os dados do seguro, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como modificações feitas durante a vigência do seguro através de endosso, bem como prover o **CONTRATANTE** de manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro.

## 7 - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

A vigência da APÓLICE de Seguro será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data indicada no **Memorando de Início dos Serviços**.

## 8 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8. 1 - Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas;

8. 2 - Fornecer à **CONTRATADA**, quando solicitado, documentos, informações e demais elementos que possuir relativos à execução do contrato;

8. 3 - Exercer a fiscalização do contrato;

8. 4 - Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas;
8. 5 - Aprovar o serviço que atender as especificações de acordo com o exigido no presente Termo de Referência;
8. 6 - Cumprir as orientações contidas na APÓLICE.

## 9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9. 1 - Emitir a APÓLICE de Seguro no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após emissão do Memorando de Início dos Serviços;
9. 2 - Emitir documento que contenha os dados dos segurados, coberturas, valores contratados (importância segurada), vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como, modificações feitas durante a vigência do seguro, alterado através de endosso;
  - 9.2.1 - Mensalmente, de acordo com eventuais inclusões e exclusões, emitir documento que contenha uma relação com as vidas dos estagiários da Procuradoria Geral do Estado assegurados;
9. 3 - Permanecer como única e total responsável perante a **CONTRATANTE**, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;
9. 4 - Garantir, no caso de eventual sinistro, o pagamento de indenização ao(s) Segurado(s) até o valor da(s) importância(s) segurada(s), no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da efetiva entrega da documentação necessária para o estabelecimento da ocorrência do sinistro, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
9. 5 - Indicar um representante (nome, telefone e e-mail), em até 05 (cinco) dias após a emissão do Memorando de Início dos Serviços, que ficará responsável por atender prontamente os Fiscais da Contratante, em toda e qualquer questão relacionada ao cumprimento das condições contratuais;
  - 9.5.1 - Disponibilizar canal de comunicação com a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, a fim de garantir comunicação eficaz e ágil dos processos inerentes ao seguro e eventuais sinistros;
9. 6 - Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação.
9. 7 - Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratar.

## 10. DO PAGAMENTO

10. 1 - Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira **CONTRATADA** pelo Estado – BRADESCO, cujo número e agência deverão ser informados pela **CONTRATADA**:
  10. 1.1 - No caso da **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da Instituição Financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo Órgão Gestor a impossibilidade de a Contratada, em razão de negativa expressa da Instituição Financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela Instituição Financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela Contratada.
10. 2 - O pagamento será feito mensalmente, de acordo com o número de vidas efetivamente seguradas no mês, de acordo com a planilha de segurados enviada à **CONTRATADA**.

10. 3 - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento mensalmente para a Comissão de Fiscalização da **CONTRATANTE**:
10. 3.1 - A Comissão de Fiscalização do Contrato terá o prazo de até 15 (quinze) dias para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento.
10. 4 - O prazo para pagamento da fatura será de 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do documento de crédito na forma do Item 9.3, isenta de erros, previamente atestado por servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato:
10. 4.1 - Verificado qualquer erro, a fatura será devolvida à **CONTRATADA**, e o prazo referido no Item 9.4 será contado a partir da data da reapresentação da nota fiscal/fatura isenta de erro;
10. 5 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die.
10. 6 - Os pagamentos devidos à **CONTRATADA** não excederão os valores apresentados em sua proposta.

## 11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A qualificação técnica será comprovada mediante prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.

## 12. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO:

12. 1 - Não obstante ser a **CONTRATADA** única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** reserva-se ao direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os mesmos, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade;
12. 2 - O cumprimento das obrigações constantes da Apólice de Seguros em Grupo será acompanhado e fiscalizado pela Comissão de Fiscalização designada pela PGE;

## 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS:

13. 1 - É vedado à **CONTRATADA**:
13. 1.1 - Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
13. 1.2. - Publicar quaisquer relatórios, entrevistas, detalhes ou informações sobre as apólices, bem como o seu andamento, sem prévio consentimento da PGE.
13. 2 - A relação da **CONTRATADA** com o **CONTRATANTE** restringe-se ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.
13. 3 - Os casos omissos serão analisados pela Procuradoria Geral do Estado, à luz da legislação vigente, subsidiando posteriores decisões administrativas.

Rio de Janeiro, 13 maio de 2021

---

Documento assinado eletronicamente por **Maurício de Souza Moraes, Coordenador**, em 13/05/2021, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **16976739** e o código CRC **C4822285**.

---

Referência: Processo nº SEI-140001/030969/2021

SEI nº 16976739

R. do Carmo, 27, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-020  
Telefone: (21) 2332-9344 - <https://www.pge.rj.gov.br/>

---

Criado por [mmoraes](#), versão 5 por [mmoraes](#) em 13/05/2021 16:40:32.